

ACM critica OAB por não patrocinar cassação

Senador diz que esperava mais da entidade no caso Estevão e irrita Reginaldo de Castro

Maria Lima

• BRASÍLIA: O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), considerou ontem tímida a atitude da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que decidiu não patrocinar a denúncia de quebra de decoro parlamentar com base no relatório da CPI do Judiciário e o conseqüente pedido de cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

— Eu esperava que a OAB agisse mais concretamente. Mas só passou adiante — criticou Antônio Carlos.

O presidente da OAB, Reginaldo de Castro, reagiu dizendo que ao presidente do Senado e aos partidos é que compete a responsabilidade de representar contra Estevão.

— Seria surpreendente se o senador tivesse reação diversa. A OAB nunca lhe agradou, sobretudo agora, quando evidencia que a ele próprio e aos partidos cabe a instauração do procedimento de apuração de responsabilidade política do senador Luiz Estevão. Se a OAB tivesse a mesma legitimidade constitucional, certamente não se omitiria — respondeu Castro, acrescentando que Antônio Carlos, que tanto critica o Judiciário por

não apurar desvios éticos de seus membros, não poderá adotar conduta semelhante.

Estevão acompanhou em plenário o contundente discurso em que Antônio Carlos elogiou o resultado da CPI.

— A CPI cumpriu rigorosamente os seus deveres, não deixando de apurar fatos gritantes, mesmo quando se referiam a membros do Senado. Procedemos como devíamos e vamos continuar procedendo, com independência e altivez, para que o nome do Senado pare acima de qualquer dúvida e não venha injustamente ser maculado, como outros poderes — disparou.

— Achei o discurso extremamente correto. Não quero ser absolvido pela impunidade; mas pela verdade — reagiu Estevão.

ACM diz que Judiciário impediu avanço maior

Antônio Carlos fez um balanço dos trabalhos da CPI e disse que ela não avançou mais por causa dos entraves colocados pelo Judiciário.

— São essas pessoas, ameaçadas em seus interesses escusos, que já anunciam o propósito de não dar curso às recomendações moralizadoras da CPI — acusou. ■

08 DEZ 1999

O GLOBO